



Consórcio dos Municípios
da Região Metropolitana
de Porto Alegre

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 57/2018
PREGÃO PRESENCIAL 7/2018

Compromisso celebrado entre o CONSÓRCIO PÚBLICO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE, inscrito no CNPJ sob o número 13693153/0001-03, situado na avenida das Indústrias, 469, sala 101, Porto Alegre/RS, doravante denominado CM Granpal, neste ato representado pelo seu diretor executivo, Ederson Machado dos Santos, e a empresa Cisal Construções LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o número 89.866.321/0001-87, com endereço Av. Francisco Silveira Bitencourt, nº 1725, bairro Sarandi, cidade Porto Alegre, estado RS, neste ato representada pelo(a) sr(a). Claudio Cardoso da Silva, CPF número 467.521.700-10, RG número 7026365804, doravante denominada COMPROMITENTE, para o registro de preços de prestação de serviço do objeto descrito na cláusula primeira – do objeto.

O presente compromisso tem seu fundamento e finalidade na consecução do objeto descrito abaixo, constante no **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 7/2018**, regendo-se em especial pela Lei 8.666/1993, pela Lei 10.520/2002, pelos Decretos Federais 5.450/2002 e 7.892/2013 e pelas Resoluções CM Granpal 3/2016 e 4/2016, bem como pela legislação superveniente, assim como pelas condições do edital referido, pelos termos da proposta e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO PREÇO

O presente compromisso tem por objeto o Registro de preço para futura contratação de prestador de serviços para execução de pavimentação e drenagem superficial, com fornecimento de equipamentos, peças, materiais, insumos e mão-de-obra. A serem realizados nos municípios integrantes do Consórcio dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre - CM GRANPAL, do



Consórcio dos Municípios
da Região Metropolitana
de Porto Alegre

CODEPAMPA e dos demais conveniados, constante(s) da(s) proposta(s) vencedora(s), que seguem como anexos desta.

O(s) preço(s) registrado(s) é(são) o(s) constante(s) da proposta vencedora da licitação, lançada na listagem de registro de preços.

Lote 03 - integralidade dos municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Glorinha, Gravataí, Santo Antônio da Patrulha e Viamão.

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UN	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	Instalação Canteiro de Obra	100	und	R\$ 9.068,79	R\$ 906.878,00
2	Serviços Topográfico para Pavimentação	50.000.000,00	m ²	R\$ 0,45	R\$ 22.500.000,00
3	Demolições de Caixas Existentes	5.000,00	und	R\$ 214,48	R\$ 1.072.400,00
4	Demolições de Concreto Existentes	5.000,00	m ³	R\$ 152,73	R\$ 763.650,00
5	Retirada Mecanizada de Árvores c/ Diâm. de 15 a 30 cm	1.250,00	m ³	R\$ 200,74	R\$ 250.925,00
6	Remoção de Entulhos	50.000,00	m ³	R\$ 27,77	R\$ 3.077.500,00
7	Remoção de Material de 1ª Categoria	50.000,00	m ³	R\$ 61,55	R\$ 3.610.500,00
8	Remoção de Material de 2ª Categoria	50.000,00	m ³	R\$ 72,21	R\$ 3.610.500,00
9	Execução de Aterro - Conformar c/ GREIDE	42.500,00	m ³	R\$ 91,97	R\$ 3.908.725,00
10	Execução de Corte - Conformar c/ GREIDE	5.000.000,00	m ²	R\$ 0,95	R\$ 4.750.000,00
11	Regularização Manual de	42.500,00	m ²	R\$ 1,44	R\$ 61.200,00



Consórcio dos Municípios
da Região Metropolitana
de Porto Alegre

	Terreno Natural				
12	Execução e/ou Regularização e Compactação de Subleito	42.500,00	m ²	R\$ 1,61	R\$ 68.425,00
13	Execução e Compactação de Sub-Base	42.500,00	m ²	R\$ 103,64	R\$ 4.404.700,00
14	Execução e Compactação de Base	42.500,00	m ²	R\$ 103,64	R\$ 4.404.700,00
15	Execução de Paseio - Calçada	50.000,00	m ³	R\$ 546,10	R\$ 27.305.000,00
16	Execução de Imprimação	50.000,00	m ²	R\$ 6,73	R\$ 336.500,00
17	Fresagem do Pavimento	50.000,00	m ²	R\$ 5,90	R\$ 295.000,00
18	Desobstrução de Sarjeta e Canaleta	2.500.000,00	m	R\$ 1,42	R\$ 3.550.000,00
19	Desobstrução de Caixas de Drenagem	250.000,00	und	R\$ 55,50	R\$ 13.875.000,00
20	Remoção de Tubos	2.500.000,00	m	R\$ 39,60	R\$ 99.000.000,00
21	Pavimento - CBUQ	500.000,00	m ³	R\$ 1.213,76	R\$ 606.880.000,00
22	Pavimento - Asfalto a Frio	25.000,00	m ³	R\$ 661,14	R\$ 16.528.500,00
23	Pavimento em Concreto	25.000,00	m ²	R\$ 90,43	R\$ 2.260.750,00
24	Pavimento em Paralelepípedo	500.000,00	m ²	R\$ 82,79	R\$ 41.395.000,00
25	Pavimento em Pedra Irregular	500.000,00	m ²	R\$ 95,82	R\$ 47.910.000,00
26	Pavimento em Blocos Intertravados de Concreto	500.000,00	m ²	R\$ 69,64	R\$ 34.820.000,00
27	Assentamento de Meio-Fio - Reto	250.000,00	m	R\$ 44,29	R\$ 11.072.500,00



28	Assentamento de Meio-Fio - Curvo	12.500,00	m	R\$ 47,84	R\$ 598.000,00
29	Sarjeta (Canaleta) em Concreto	250.000,00	m	R\$ 42,32	R\$ 10.580.000,00
30	Boca de Lobo	25.000,00	und	R\$ 873,92	R\$ 21.848.000,00
31	Boca de Lobo de Sargeta	25.000,00	und	R\$ 857,89	R\$ 21.447.250,00
32	Caixa de Drenagem	25.000,00	und	R\$ 2.203,49	R\$ 55.087.250,00
33	Caixa de Ligação	50.000,00	und	R\$ 1.946,14	R\$ 97.307.000,00
34	Poço de Visita (Chaminé e Tampão)	25.000,00	und	R\$ 4.338,85	R\$ 108.471.250,00
35	Tubulação de 400 mm	3.639.843,00	m	R\$ 127,41	R\$ 463.752.396,63
36	Tubulação de 500 mm	1.750.000,00	m	R\$ 163,48	R\$ 286.090.000,00
37	Tubulação de 600 mm	250.000,00	m	R\$ 208,89	R\$ 52.222.500,00

Total da ata R\$ 2.073.799.999,63

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

O prazo de validade deste registro de preços é de doze meses, a contar da publicação de extrato deste instrumento na imprensa oficial.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇOS

O valor dos preços registrados não será reajustado durante o prazo de validade da presente ata de registro de preços.

CLÁUSULA QUARTA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

I – Dos direitos:

a) do CM Granpal: contratar diretamente ou por meio dos municípios consorciados, do CODEPAMPA, se necessário e nas quantidades que lhe



aprouver, o objeto desta licitação, respeitadas quanto aos pedidos, as seguintes limitações:

a) do Compromitente: ser contratado pelos municípios consorciados do CM Granpal e CODEPAMPA que utilizarem o pregão presencial registro de preços ou, em igualdade de condições, ser preferido, no caso de contratação por outra forma.

II – Das obrigações:

a.1) do CM Granpal, diretamente ou por meio dos municípios consorciados e CODEPEMPA: contratar com aquele que detém o preço registrado ou, em igualdade de condições, dar preferência a ele, se contratar por outra forma;

a.2) efetuar o pagamento, diretamente por meio dos municípios e consórcios participantes, em até trinta dias após o recebimento de cada pedido formulado e envio da respectiva nota fiscal, ou seja, em uma parcela, correspondente a 100% do valor da nota fiscal, mediante crédito em conta corrente em banco, número da conta e agência indicadas pelo fornecedor da proposta vencedora ajustada ao lance.

b) – do comprometente:

b.1) atender, nas condições estabelecidas no edital e na presente ata, todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de preços.

CLÁUSULA QUINTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

O preço registrado poderá ser cancelado:

I – pelo CM Granpal quando:

a) o comprometente não cumprir as exigências do instrumento convocatório;

b) o comprometente não formalizar o contrato decorrente do registro de preços ou não retirar instrumento equivalente no prazo estabelecido;

c) ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato decorrente do registro de preços;

d) os preços registrados apresentarem-se superiores aos constantes no anexo I desta ata;

e) o comprometente der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços por um dos motivos elencados no artigo 78 e seus incisos da Lei 8.666/1993, e

f) por razão de interesse público, devidamente justificado pelo CM Granpal.



II – pelo compromitente fornecedor de bens, mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao Registro de Preços, com antecedência de trinta dias, sem prejuízo das penalidades previstas no instrumento convocatório, neste Termo, bem como perdas e danos.

CLÁUSULA SEXTA – DAS PENALIDADES

Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades

I - Advertência escrita:

a) considerando o número de advertências e a gravidade do descumprimento, poderá ser encaminhado o caso a autoridade competente, com pedido formal de rescisão do contrato, sem prejuízo das demais penalidades previstas no edital, no instrumento contratual (nota de empenho ou outro instrumento hábil expedido pela administração, conforme artigo 62, *caput* e §2º da Lei 8666/1993).

II Multa:

Em caso de descumprimento de obrigações contratuais, a contratada ficará sujeita às seguintes penalidades:

a) por atraso na entrega do objeto e/ou na substituição do(s) objeto(s) que for(em) rejeitados pela fiscalização, fica a contratada sujeita à multa de 0,3% por dia útil de atraso, a ser calculada desde o primeiro dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação, limitado a 10 (dez) dias úteis.

II Multa de 15%:

a) por inexecução parcial do contrato;
b) por irregularidades consideradas relevantes pela fiscalização do contrato;
c) por atraso na entrega e/ou substituição do(s) equipamento(is) que for(em) rejeitados pela fiscalização, por prazo superior a dez dias úteis e limitado a vinte dias úteis.

III Multa de 20%:

a) por inexecução total do contrato;
b) por atraso na entrega e/ou substituição do(s) objeto(is) que for(em) rejeitados pela fiscalização;



- c) por prazo superior a vinte dias úteis.
- d) Transcorridos 21 dias úteis do prazo de entrega do objeto e/ou substituição do(s) equipamento(s) que for(em) rejeitados pela fiscalização, poderá ser aplicada a multa de 25% por inexecução total.
- e) A ocorrência das hipóteses previstas no inciso III ou alíneas “d” do inciso III do subitem supra, a contratada, além da aplicação da multa, por aplicação das disposições contidas na Lei 8.666/1993, sofrerá as seguintes penalidades, da seguinte forma:
 - f) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de um ano, por inexecução parcial do contrato;
 - g) suspensão de participar em licitação e impedimento de contratar com a administração, pelo prazo de até dois anos, e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, por inexecução total do contrato.
 - h) Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta financeira, não celebrar o contrato e/ou recusar a receber a nota de empenho (ou outro instrumento hábil expedido pela administração, conforme artigo 62, caput e §2º da Lei 8666/1993), deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para a licitação, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato/nota de empenho (ou outro instrumento hábil expedido pela administração, conforme artigo 62, caput e §2º da Lei 8666/1993), comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o ente pelo prazo de até dois anos, bem como sujeito à multa de 25%, aplicada sobre o valor total da proposta financeira no instrumento contratual (ou outro instrumento hábil expedido pela administração, conforme artigo 62, caput e §2º da Lei 8666/1993), atualizado.
 - i) Conforme o caso, as multas deverão ser recolhidas dentro do prazo de cinco dias úteis a contar da correspondente notificação ou descontadas do pagamento, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.



Consórcio dos Municípios
da Região Metropolitana
de Porto Alegre

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EFICÁCIA

A presente ata de registro de preços somente terá eficácia após publicada a respectiva súmula no veículo oficial de divulgação do CM Granpal.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Eventuais alterações que se sejam necessárias durante a vigência da ata, após o devido processamento, serão efetuadas por meio de termos aditivos cujo controle será feito pelo CM Granpal.

Fica eleito o foro de Porto Alegre/RS para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento, quando não solucionadas administrativamente.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam a presente ata em duas vias, de igual teor.

Porto Alegre, RS, 28 de novembro de 2018.

CM Granpal
Éderson Machado dos Santos

Cisal Construções LTDA
Claudio Cardoso da Silva